ARPINSUL: MOVIMENTO INDÍGENA OU ÍNDIOS EM MOVIMENTO?

Patrick Leandro Baptista

patricklbaptista@gmail.com

Mestrando em Antropologia | PPGA - UFPR
Bolsista CAPES

Resumo: A ARPINSUL (Articulação dos Povos Indígenas do Sul do Brasil) é uma organização indígena que tem a missão de articular e representar politicamente os povos indígenas da região Sul do país, a saber: Charrua, Guarani, Kaingang, Xetá e Xokleng. Esta organização faz parte de uma articulação nacional de organizações indígenas que se organizam na APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil). Como enunciado por seus integrantes a ARPINSUL é uma organização que pretende em conjunto com outras organizações ser parte integrante do movimento indígena brasileiro. Gersem Baniwa (2006) liderança indígena e antropólogo define movimento indígena como “um conjunto de estratégias e ações que as comunidades e as organizações indígenas desenvolvem em defesa de seus direitos e interesses coletivos”. Neste sentido essa comunicação buscará percorrer etnograficamente as diferentes nuances dessas ações e estratégias, como também os desafios dessa organização indígena em construir caminhos para manter e ampliar os direitos, e essa entidade indígena. Para entender esse percurso será necessário revisitar a história recente do movimento indígena, bem como a constituição da biografia de suas lideranças, em outras palavras, como se construíram e se legitimaram enquanto tais, e como ocorre essa relação com lideranças tradicionais das T.I's.

Palavras-chave: Movimento Indígena; liderança indígena; política indígena.

"Nós somos como se fosse um rio, podemos encontrar dificuldades no caminho, mas de alguma forma sempre passamos, e continuamos nosso caminho (...)" (Kretan kaingang)

Pensar o movimento indígena é um exercício arduo e ao mesmo tempo instigante. Cada palavra pode nos remeter a uma variedade incrível de imagens e significados, esta metáfora do rio é muito usada pelo movimento indígena e captura bem este sentido. Ao pensar num rio, sabemos que ele possui uma nascente, no entanto também sabemos que ele se reforça de muitos afluentes, e não é no primeiro desnível que ele se encerra, ao contrário ou busca um novo caminho ou acumula forças (água) para sobrepor esse desnível. Essa metáfora tem um sentido muito forte no discurso indígena, que se contrapõe ao possível 'pessimismo sentimental' que acompanha discursos na academia, no Estado e alhures. Um rio ao nascer é como uma etnia num momento de reivindicação ou alguma denúncia sobre irregularidades é num ponto específico e sem grande volume de força (água), no entanto continua vertendo água e se espalhando, recebe forças de várias outras nascentes que se identificam e estabelecem parcerias para levar essas reivindicações adiante, parceiros sejam de organismos internacionais, da Igreja ou ONG's vinculadas aos interesses indígenas. Nessa própria metáfora concebem os desafios que terão que enfrentar desníveis e/ou obstáculos, sabem que é através do acúmulo de forças que poderão transpor essas dificuldades, poderão em algum momento mudar o curso, mudar a forma (largo, estreito, profundo, raso, corredeiras e calmarias) mas nunca deixará de ser um rio.

Nesta comunicação pretendo percorrer os sentidos do que os indígenas dão ao que chamam de movimento indígena, para tanto vamos revisitar a história recente do que se convencionou designar movimento indígena a partir dos anos 70. É importante sublinhar que com isso não há nenhuma pretensão de afirmar que antes desse período não houve inúmeras estratégias encontradas pelos índios de como eles enfrentaram as adversida-

des da colonização de seus territórios e da insistente homogeneização cultural promovida pelo Estado brasileiro de diferentes formas em diversos períodos da história. Tomo por base dessa comunicação a organização indígena Articulação dos Povos Indígenas do Sul do Brasil (ARPINSUL), organização que faz parte de uma articulação nacional indígena na Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Assim como a ARPINSUL outras organizações regionais constroem a APIB: na região Norte do país tem a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); na região Nordeste a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); no Centro-Oeste brasileiro a Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste (ARPIPAN); outra organização é a Aty Guassu (Grande Assembleia Guarani)¹.

Esta comunicação está baseada em trabalho de campo que pode ser dividido em duas diferentes formas de atividades: dentro da sede da organização e suas atividades externas. O primeiro realizado na sede da ARPINSUL, que no início do trabalho de campo me disponibilizei como voluntário e assim pude ajudar a organizar os documentos da organização bem como os seus arquivos. Neste momento da pesquisa tive todo o cuidado para manter a forma de organização que os próprios indígenas entendiam ser a melhor para a localização desses documentos. A divisão desses documentos ocorre de acordo com temas em que a entidade possuía alguma inserção e diálogo nas políticas públicas com Estado e as temáticas indígenas, de acordo com esses temas estavam terra, habitação, saúde, educação, prêmio culturas indígenas e ponto de cultura indígena. Voltarei a descrever essa experiência no decorrer da comunicação. As atividades externas da ARPINSUL eu pude acompanhar a mobilização nacional indígena que ocorreu no mês entre os dias 26 e 29 de maio deste ano, também acompanhei visitas em palestras em que os indígenas foram convidados a proferir, encontro regional de comu-

¹Disponível em: <http://blogapib.blogspot.com.br/> acesso em 27/10/2014.

nidades e povos tradicionais da região sul, e também a visitas em áreas indígenas e uma conversa informal na FUNAI de Curitiba. Outra fonte importante de informações são entrevistas realizadas com lideranças indígenas e dados coletados para realizar monografia apresentada ao DEAN-UFRP no ano de 2012.

A aproximação com esses indígenas ocorreu de forma um tanto quanto inusitada, podemos dizer que nossos caminhos acabaram por se entrelaçar. Como funcionário público da prefeitura municipal de Curitiba e envolvido com os movimentos populares fui convidado a participar da direção do sindicato da categoria, neste sindicato assumi a tarefa de diálogo com os movimentos sociais com atuação na cidade, assim compo a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS). Em uma de nossas reuniões periódicas fomos provocados a co-laborar² com uma aldeia urbana de índios que estavam ameaçados de despejo no ano de 2006. Foram os próprios indígenas que visitaram esse espaço de articulação política, naquele momento o cacique da aldeia Carlos e a vice- cacique Jovina, ambos Kaingang. A partir daquele momento foram pensadas varias atividades em conjunto com os indígenas para sensibilizar o poder público para a manutenção da aldeia na cidade de Curitiba o que se concretizou no ano de 2009 com a criação da aldeia urbana Kakané Porã. Em outro momento a minha tarefa no sindicato foi a de construir o movimento de juventude, dado o contexto de uma conferência nacional para discutir políticas públicas para a juventude. Como eu sabia da existência de indígenas na cidade, procurei os índios para estabelecer essa ponte e aproximação com os jovens indígenas. Neste momento conheci as lideranças da ARPINSUL, Romansil Kretã e Marcio Kokoj ambos Kaingang. A relação entre a aldeia Kakané Porã, ARPINSUL e o movimento indígena pretendo explorar com

maior intensidade no decorrer da comunicação. Neste momento é importante frisar que a minha relação com os interlocutores ocorreu numa horizontalidade espontânea, ambos éramos lideranças políticas em suas frentes de atuação. E o interesse pelo movimento indígena ocorreu muito mais pela proximidade com essas lideranças do que por um recorte prévio a pesquisa. A ideia inicial era pesquisar o ponto de cultura indígena na aldeia Kakané Porã, mas pela lentidão da implementação do projeto (que até o momento não se concretizou), o foco da pesquisa foi alterado para a organização indígena que é a responsável pela captação do projeto junto ao Ministério da Cultura, então compreender esse universo, o movimento indígena, a partir das ações da ARPINSUL passou a ser o objeto central da pesquisa.

MOVIMENTO INDÍGENA OU ÍNDIOS EM MOVIMENTO?

O exercício de compreender o movimento indígena partindo da ARPINSUL, requer uma reflexão anterior. Podemos caracterizar movimento indígena como um movimento social? Ou ainda se existe um movimento indígena ou índios em movimento?

Para refletir sobre essas perguntas se faz necessário um diálogo interdisciplinar com outras ciências sociais e a história. A opção nessa comunicação não é definir o que seria um movimento social, mas em sentido podemos afirmar a atuação política dos índios frente ao Estado e no que ele se aproxima dos movimentos sociais. Para Gohn (2008), os indígenas podem ser incluídos em “movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos, e, mais recentemente, culturais. A autora reconhece que a luta dos índios é histórica e que na atualidade, o elemento novo é a “forma e o caráter que essas lutas têm assumido – não apenas de resistência, mas também de luta por direitos: reconhecimento de suas culturas e da própria existência (...)”. Este cenário ocorre no Brasil em um momento de letargia do poder público em homologar as terras indígenas, passando

²Utilizo o esse termo no sentido de construir ações em conjunto com os indígenas, naquele momento a ação coletiva planejada foi a inserção da aldeia Cambuí (com a oficialização mudou de local, Campo do Santana, e de nome Kakané Porã) no itinerário do “Grito dos Excluídos”.

a ser alvo de cobiça por madeireiros, mineradores e latifundiários em geral. Desse modo à autora reconhece que os indígenas estão “organizados em movimentos sociais e, em muitos países latino-americanos, vivem em áreas urbanas e são parte do cenário de pobreza e desigualdade social”.

A atuação política dos índios é constantemente questionada sob a alegação que são muitos povos, e como tais, não aceitam se representar por outras etnias. Desse modo a fragmentação seria um empecilho à formação de um bloco com pautas comuns. Aliás, uma argumentação bastante comum nas principais reivindicações frente ao Estado, como não há possibilidade de representação, não há construção de espaços políticos ou qualquer esforço de ampliar a presença indígena na condução de políticas públicas que venham de encontro as reivindicações históricas dos índios. Contudo o propósito aqui não é oferecer qualquer característica homogênea ao movimento indígena, ao contrário, é através da riqueza dessa diversidade humana e diferenciados modos de fazer política que podemos pensar. Como Neves afirma:

... uma “atomização” ... ou um “fracionamento” no qual as organizações de base,

funcionando como ‘frações’, como “átomos” constitutivos de uma mobilização maior, mantém ligações entre si de modo a criar estratégias e realizar ações locais dentro da perspectiva global do movimento indígena. (Neves 2003: 121)

Demandas comuns que estão presentes nos documentos da ARPINSUL, como melhorias no sistema de saúde indígena, escolarização bilingue, projetos de fortalecimento da cultura, podem nos ajudar a entender mesmo que de modo fluido, “uma coletividade possível” (Durham 1984), as especificidades de cada etnia estão mantidas, mas a resolução da problemática passa por uma definição política que as unifica em meio a fragmentação:

Podemos dizer que a construção dessa igualdade se dá através de uma negatividade específica. Vimos que os movimentos se articulam pela formulação de uma carência coletiva. Os indivíduos mais diversos tornam-se iguais na medida que sofrem da mesma carência. A igualdade de carência recobre a heterogeneidade das positivities (dos bens, das capacidades, do trabalho, dos recursos culturais). No movimento social, face à mesma carência, todos se tornam iguais. E, agindo em conjunto, esses iguais vivem a experiência da comunidade. Os movimentos sociais se constituem, portanto, como um lugar privilegiado onde a noção abstrata igualdade pode ser refe-

População indígena e distribuição percentual, por localização do domicílio e condição de indígena, segundo as Grandes Regiões - 2010

Grandes Regiões	População indígena e distribuição percentual				
	Total	Localização do domicílio			
		Terras indígenas			Fora de terras indígenas
		Condição de indígena			
	Total	Declararam-se indígenas	Não se declararam, mas se consideravam indígenas		
Brasil	896 917	517 383	438 428	78 954	378 534
Norte	342 838	251 891	214 928	36 963	90 945
Nordeste	232 739	106 142	82 094	24 048	126 597
Sudeste	99 137	15 904	14 727	1 177	83 233
Sul	78 773	39 427	35 599	3 828	39 348
Centro-Oeste	143 432	104 019	91 081	12 938	39 413
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	38,2	48,7	49,0	48,8	24,0
Nordeste	25,9	20,5	18,7	30,5	33,4
Sudeste	11,1	3,1	3,4	1,5	21,9
Sul	8,8	7,8	8,1	4,8	10,4
Centro-Oeste	16,0	20,1	20,8	16,4	10,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 1 - População indígena e distribuição percentual, por localização do domicílio e condição de indígena, segundo as Grandes Regiões - 2010

rida a uma experiência concreta de vida. A igualdade constitui-se, desta forma, como representação plena concretizada na comunidade. (Durham 1984: 28)

A população que se autodeclara indígena no Brasil é de 0,44%, ou seja, quase 900 mil indígenas, 305 etnias e 274 idiomas³, esta pluralidade de indígenas não corre o risco de ser invisibilizada, para Gersem Baniwa, mesmo sofrendo resistências de que falar em movimento indígena, homogeneiza ou nega a diversidade, pois cada povo faz a sua luta, os índios nas diferentes partes do país têm suas táticas de enfrentamento e de reivindicação. No entanto, há projetos em comuns. Antes de pensar como dois polos contrários a fragmentação e o conjunto de carências em comuns das lutas no dia-a-dia não se contrapõem, antes podemos pensar numa justaposição desses modos de organizar a luta indígena. Para Kretã o movimento indígena é como a junção de muito guerreiros em torno de uma causa: a indígena, que não iniciou neste momento, mas que é herdeira de seus antepassados.

Também é certo que são índios em movimento, lideranças que emergem e submergem, Gohn (2002) traz importantes contribuições sobre a construção dessas lideranças e as fragilidades dos movimentos sociais, de acordo com a autora são “fluidos, fragmentados, perpassados por outros processos sociais”. Como um velho jargão militante: movimento é movimento, há avanços e recuos. Essa fluidez perpassa as lideranças que emergem em determinado contexto e com recuo do movimento podem deixar a liderança de lado ou em *stand by*.

A motivação do porque essas lideranças atuam encontramos uma importante contribuição em Melucci (1996) e um campo fértil de reflexões, com uma perspectiva de valorização da identidade coletiva. Ao combinar a subjetividade das lideranças implicadas nos movimentos e um determinado contexto histórico, como analisa Kelly Oliveira:

O autor [Melucci 1996] analisa a constituição de lideranças presentes em movimentos sociais e observa como se dão as relações entre as lideranças e o grupo em que está inserido, seu papel e o processo de formação. Através de uma análise que privilegia o olhar sobre a construção das identidades, o autor destaca a progressiva capacidade de autonomia dessas mobilizações e observa que “o processo de uma identidade coletiva é, portanto, também a capacidade de produzir novas definições, integrando o passado e os elementos emergentes do presente para a unidade e a comunidade de um ator coletivo”. (Oliveira 2013: 55)

POLÍTICAS INDIGENISTAS E TEMPOS DE REBELIÃO NO SUL

Para compreender como foi possível o processo em que os índios intensificaram os questionamentos de sua condição perante o Estado, é essencial uma melhor compreensão da conjuntura histórica e política do período, neste caso – anos 70. Este período é marcado pela presença militar no comando do país, do desgaste do milagre econômico e da manipulação dos dados oficiais, como de inflação, bem como a célebre frase do General Ernesto Geisel: “abertura política lenta, gradual e segura”. Ao mesmo tempo ocorria um turbilhão de demandas e carências sociais das camadas populares: a luta contra a carestia organizada pela Igreja Católica, o surgimento do novo sindicalismo, movimentos de luta pela terra, etc. O próprio empresariado não estava contente com o demasiado intervencionismo estatal dos militares (Codato 1995).

O movimento indígena, nos moldes como hoje conhecemos, é defendido como gestado durante esse período, pois os militares tencionavam, o quanto antes, a integração das comunidades indígenas à sociedade envolvente, queria resolver logo esse empecilho que ameaçava o tão propalado desenvolvimento nacional. No entanto a ideia de que o índio precisava ser misturado à população brasileira através de políticas de integração e assimilação encontra ecos já no início do século XX com a criação do órgão oficial indigenista. O

³Disponível em <http://www.brasil.gov.br/governo/2012/08/brasil-tem-quase-900-mil-indios-de-305-etnias-e-274-idomas>. Acesso em: 27/10/2014.

SPI (Serviço de Proteção ao Índio) foi criado em 1910, no início a sigla possuía outra nomenclatura, SPILT (Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais), segundo Oliveira (2013), “este órgão tinha por objetivos a fixação de trabalhadores no campo, nacionalização do interior e diminuição dos custos de fronteira”. Mas logo o governo percebeu a especificidade da questão indígena e em 1918 o órgão passou a ser chamado de SPI.

Este órgão nasceu dentro de uma conjuntura em que o Brasil tornava juridicamente ilegal a escravidão no país, num Estado em que se acabava de decidir pelo republicanismo ao invés da monarquia. O embate sobre qual modelo de república seria gestado para o Brasil, segundo Bicalho (2010)

A versão vencedora do republicanismo no Brasil, foi a positivista, que propunha a ruptura com a Monarquia e a separação entre o Estado e a Igreja, agradava “a ideia de ditadura republicana, o apelo a um Executivo forte e intervencionista...” e “... a proposta positiva de incorporação do proletariado à sociedade moderna, de uma política social a ser implementada pelo Estado...”

Diante disso, reforça-se a opção dos setores médios pelas posições filosóficas de Augusto Comte como base de sustentação da República ideal para o Brasil. Em matéria de cidadania, como assinala José Murilo de Carvalho, para alcançá-la, a porta de entrada era o Estado, o único capaz de afirmar o direito do cidadão; daí o termo estadania. (Bicalho 2010: 70)

A construção do imaginário de nação teve pelo menos duas vertentes. A comtista apoiada por setores médios da população e o liberalismo americano que encontrava ecos nos setores ruralistas. Esta última foi a vencedora, no entanto, o republicanismo no Brasil tem feições muito particulares. Na prática os ideais positivistas se impuseram afirmando o caráter controlador da República.

Para os indígenas este estado controlador agiu com mão forte quando em 1911 criou no Código Civil a figura da “tutela”, onde os povos indígenas eram encarados como tendo capacidade civil relativa, dependendo do ‘grau de

aculturação’ que tivessem. A postura do SPI em orientar a ‘civilização’ dos indígenas, inclusive era embasado pelos intelectuais da época que entendiam não como modo de ser, mas uma condição transitória de índio (selvagem) a brasileiro (civilizado). Para Ribeiro (1996: 153 apud Bicalho 2010: 72), o respeito às tribos indígenas como povos que tinham o direito de ser eles próprios, de professar suas crenças, de viver segundo o único modo que sabiam fazê-lo, aquele que aprenderam com seus antepassados e que só lentamente podia mudar”.

Cabia então ao SPI a sua proteção e a integração progressiva e pacífica, para que a colonização pudesse ocorrer sem muitas intempéries. Apesar disso o órgão indigenista nunca conseguiu cumprir com as suas promessas, e tão logo os índios eram contactados e pacificados não perdurava muito a assistência aos índios. Presentes e ferramentas, inclusive alimentação sempre foram modos de aproximar dos índios. Para Oliveira (2013) “após a ‘pacificação’, eram flagrantes as dificuldades do SPI em cumprir com programa de assistência e proteção (...), os índios passavam a uma situação crescente de dependência e vulnerabilidade”. Ainda, não raro, os indígenas ao seguir a política de aldeamento buscavam ter alguma renda trabalhando como boias-frias para os colonizadores da região.

Não foi somente na clausura dos índios a atuação do SPI. A intervenção foi muito além dos desmandos pela terra. Havia um interesse em que cada reserva indígena pudesse se auto sustentar, e transformar os índios em agricultores plenos e que deixassem de lado a caça de animais, desse modo à área ocupada pelos índios poderia (ao menos em tese) ser menor. As práticas de religiosidade indígena foram perseguidas, Tommasino (1995) analisando um depoimento de campo se refere aos castigos sofridos por aqueles que exercessem a prática do xamanismo, no caso dos “Kaingang e aos doentes que os procurassem as suas casas eram queimadas”. E ainda “os Kuriã eram amarrados no tronco e eram castigados fisicamente ou ‘surrados’, como costuma-se dizer”.

Havia um conjunto de práticas que Tommasino (1995) as classifica como disciplinadoras,

entre as quais a transferência compulsória e a deportação de quem se queixassem a favor dos índios, o tronco e a cadeia era utilizados como práticas punitivas sob a alegação de prática imorais como: “brigas, bebedeiras, insubordinação, adultério e outras faltas”.

Ricardo Cid Fernandes (2003) relata o esvaziamento político das lideranças indígenas do período da política dos aldeamentos. Do ponto de vista do colonizador, o resultado mais importante do regulamento do confinamento dos kaingang em um limite de terras, foi a consolidação de tutelados imposta aos índios. Ao olhar dos kaingang, seu resultado mais visível foi a incorporação de títulos da hierarquia militar em sua organização política.

É também nesse período os desmandos do SPI que nomeavam ao seu bel prazer, o capitão, geralmente uma família que no jogo político com os brancos e as barganhas em questão, poderia colaborar com o chefe do Posto Indígena e assim permanecer como liderança. Para entender melhor esse papel Oliveira Filho analisa:

Para uma compreensão melhor do papel de capitão é necessário fazer a referencia a um outro papel presente nos esquemas administrativos de atuação do órgão tutelar: o de *inspetor* ou *chefe do Posto*. Uma tentativa de interpretação desse par *capitão x encarregado* pode partir da noção de papéis inter-hierárquicos. (...) capitão e o encarregado fazem parte do mesmo conjunto de determinações, sendo ambos externos portanto (...), à lógica indígena. Mas em uma primeira aproximação se poderia dizer que constituem um par similar ao apontado por Gluckman (“chief x native commissioner”), onde figura o ultimo escalão da máquina administrativa dos brancos e o primeiro escalão da hierarquia indígena. Nessa perspectiva o *capitão* é um instrumento de comunicação acionado pelos funcionários do SPI. (Oliveira Filho 1988: 209/210 apud Tommasino 1995: 173)

Envolvida em uma série de escândalos e denúncias de corrupção o SPI foi extinto e em seu lugar criada a Fundação Nacional do Índio pelos militares em 1967, segundo Oliveira (2013) a sua criação atendeu a uma série de demandas políticas. Essa reestruturação buscava passar um verniz em meio as paredes sujas da antiga instituição (SPI) e desse modo

pintar uma imagem de preocupação com as populações originárias aos organismos internacionais que avalizavam o crédito do país e assim manter o nostálgico ‘milagre econômico’. Essa mudança, não obstante, manteve o fio condutor de sua política, a integração e assimilação dos indígenas a sociedade nacional. Mas agora com a ambiciosa meta de ampliar a fronteira agrícola do país em direção a floresta amazônica.

Cardoso de Oliveira sublinha que até esse período, e mesmo durante os primeiros anos da FUNAI no governo militar, o indigenismo brasileiro havia sido um “longo e chato monólogo” onde o saber do colonizador amparado ou não na Antropologia, bastava em si. Para Cardoso de Oliveira esse seria o erro crucial, o de ignorar a possibilidade de diálogo entre o órgão e as autoridades indígenas locais, a fim de ouvir os interesses dos povos e suas necessidades. Por um lado a FUNAI, sob orientação dos militares, pratica um autoritarismo próprio dos regimes militares; de outro lado, estava desmoralizada perante a opinião pública.

Para os indígenas das terras indígenas no Paraná há relatos de várias práticas arbitrárias da FUNAI, sob a alegação de que o órgão deveria ser autossuficiente, dentre elas a realização de roças coletivas.

(...)representa os estabelecimentos de uma orientação totalmente voltada para a transformação dos postos indígenas(...) em empresas, dedicadas à produção e ao lucro. A concepção inerente a essa orientação é a de que o índio só pode ‘civilizar-se’ pelo trabalho (Santos 1975 apud Tommasino 1995:186)

A justificativa dos técnicos indigenistas, era necessário combater a falta de iniciativa dos índios para o trabalho e a falta de ambição levaria os índios a cultivarem um ‘comodismo’ indígena, então precisaria combater as práticas assistencialistas. Os índios prestavam serviços para a FUNAI (abrir estradas, limpar no entorno do posto, produzir excedentes para a venda), Alcino vice-cacique de Kakané Porã relata que aprendeu a manobrar caminhão transportando madeira para a FU-

NAI. Em troca os indígenas recebiam comida, tecido e ferramentas para o trabalho na roça. Esta assistência deixou de ocorrer fazendo com que os indígenas passassem por momentos de extrema penúria.

Desse modo temos uma situação em há fatores externos e internos que precisam ser considerados, tanto a conjuntura histórica nacional, como a situação concreta em que os índios viviam que levaram a eles se rebelarem.

Além da situação de penúria dos índios, existem relatos que chegou a faltar inclusive alimentos, a redução das áreas indígenas bem como a crescente intrusão da área limitada que ainda restavam também são fatores que levaram os índios a se rebelarem.

Os índios utilizaram inúmeras estratégias para pressionar o poder público, desde o sequestro de funcionários, ocupação de prédios públicos, ocupação de terras que eles entendiam historicamente pertencer aos índios. Mas o que chamou a atenção foi a pintura corporal para a guerra, utilização de bordunas e arco e flecha. Elementos simbólicos que para a Tommasino (1995) fator de sucesso para as suas mobilizações.

O sucesso das rebeliões se deveu em grande medida ao poder simbólico contido na linguagem construída com a utilização de emblemas e sinais que acompanharam as práticas de desobediência civil. Esse poder simbólico, após o movimento social, continuou produzindo seus efeitos porque alterou qualitativamente as relações entre índios e os diversos segmentos de brancos, e também entre os Kaingang e os Guarani. (Tommasino 1995: 194)

É também dentro desse contexto que se altera a concepção da palavra guerreiro para os indígenas. Pois quando os índios passaram a se mobilizar para que suas reivindicações fossem atendidas, os guerreiros indígenas eram convocados.

Não podemos esquecer que essas rebeliões foram o embrião para as lutas que foram travadas durante todo os anos 80 e que obtiveram importantes vitórias, como a derrota da emancipação dos índios proposto pelos

militares, e os artigos 231 e 232 da constituição de 1988. Os índios agora são portadores de direitos reconhecidos pelo Estado como também juridicamente a noção de tutela dos índios foi suplantada.

ARPINSUL uma organização indígena em construção

Independente de onde estiverem. Mesmo que a conjuntura política atual. Tem um perfil ditador e autoritário. E sabemos que é uma política de governo. E idealismo de partido e não de povo brasileiro. Com uma política de reduzi direito e não garanti. Mesmo que a bancada no congresso nacional 80% e formada por ruralista e evangélicos. E são contra os direito dos povos indígenas. Mesmo que o movimento indígena pareça uma formiga. Perante uma estrutura macabra de governo. Que criou a força nacional. Para oprimi e intimidada. E que sistema criminaliza e assassina nossos líderes. E os movimentos sociais no Paiz. Tenho orgulho de fazer parte deste movimento indígena. Tenho orgulho de fazer parte deste momento. Tenho orgulho de ser um soldado da resistência. A luta de nossos pais e de nossos avós. Para garanti na constituinte de 1988 os art 231 e 232. Fica como erança e legado para a resistência lutar e defender e garanti. Parabenz aos povos indigenas pelo 09 de agosto. Dia internacional dos povos indigena. Parabenz ao movimento indigena. Aos guerreiros e guerreiras. Mas que estão fazendo sua parte em todos os espaços. E que lutão para defender e garanti nossos direitos parabenz. Parabenz a APIB e todas as organizações da base. Da (articulação dos povos indigenas do Brasil). O sistema é bruto mas o momento e a oportunidade na estrategia de um guerreiro supreende e supera qualquer adversarios". Kretã kaingang

No depoimento do líder Kaingang é possível perceber que há uma conclamação ao combate na conjuntura atual. A máxima entre os indígenas é de que "a causa indígena é a causa de todos nós". Há movimentos indígenas e o que nos parece de bom tom é reconhecer que exista uma causa: direito de ser outro em uma sociedade igual. Contraditório ou não, a luta indígena requer uma reflexão que distorce o pressuposto de todos somos iguais perante lei. Requer expandir os conceitos ocidentais de cidadania, quem sabe indigenizar a cidadania brasileira para além do discurso oficioso das luzes ainda pulsantes do século

XIX. Então dentro desse contexto como poderíamos afirmar quem é o índio brasileiro?

Índio, consequência um mero erro da navegação de Colombo que hoje para além do preconceito, transmuta-se a uma palavra com tom subversivo e coloca em xeque o que significa desenvolver um país, esse tom subversivo do que significa ser índio hoje é motivo de seres humanos serem queimados na rua da capital federal, de prisões arbitrárias, assassinatos encomendados, terras cobiçadas, um empecilho ao desenvolvimento econômico, uns chatos. A ignorância e o preconceito de realmente entender e aceitar o outro.

A visão que a sociedade brasileira ainda tem do índio é enviesada pelas esparsas e distorcidas informações veiculadas pela mídia empresarial, pelo conteúdo ainda folclorizado da grande maioria das escolas (apesar da lei 11645/07 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena no Brasil). Este índio poderia ser aquele romântico, que vive em harmonia e até mesmo simbiose com a natureza, guardião das florestas e amigo dos animais, beirando certo folclorismo dos livros de contos infantis. Ou o índio selvagem, aquele renegado ao primeiro patamar da escala evolutiva. Canibal. Precisa passar por um tratamento de choque civilizatório para tornar-se um de nós. Poderíamos encontrar terceira visão sobre o que é ser índio, como sujeitos portadores de direitos, e direitos específicos contidos na constituição e não garantido pelo Estado brasileiro.

Mas é exatamente essa palavra índio antes motivo de reduzi-lo a algo pejorativo é manejado pelo movimento indígena e se transmuta para um elemento agregador a partir dos anos 70 do último século. Esta palavra marca a fronteira de alteridade com a sociedade, exigindo direitos diferenciados:

Direitos específicos e cidadania plural indicam teoricamente que os povos indígenas têm um tratamento diferenciado. Por exemplo, é concedido a eles o direito de terra coletiva suficiente para a sua reprodução física, cultural e espiritual, e de educação escolar diferenciada baseada nos seus próprios processos de ensino-aprendizagem e

produção, reprodução e distribuição de conhecimentos. (Baniwa 2006: 36)

Esse processo de reconhecimento do índio cidadão corrobora para que de norte a sul do país, eles possam reiniciar e retomar seus projetos sociais étnicos e identitários. Com isso reverter um processo perverso de espoliação, as organizações indígenas buscam retomar as suas terras, reavivar seus rituais e sua língua (quando possível). Um exemplo é do povo Kaingang que na aldeia de Mangueirinha tenta reaver o idioma antes falado pelos antigos, no entanto, esses se negam dada a imensa repressão que sofreram pelos órgãos indigenistas. Por força dessa violenta repressão tiveram que abdicar de sua cultura, tradições e rituais. O relato do cacique Carlos de Kakané Porã, oriundo da T.I Mangueirinha, exemplifica bem essa situação: “quando nós era criança não podia fala no idioma senão não ganhava merenda”. De outro modo falar de identidade indígena não significa sustentar um índio genérico, mas ao contrário é “falar de uma identidade política simbólica que articula, visibiliza e acentua as identidades de fato” (Baniwa 2006). No sul do Brasil eles são Charrua, Guarani (Kaiwoa, Nhadeva e Mbya), Kaingang, Xeta e Xokleng, ou seja, são grupos étnicos diversos diferenciados. O que tem em comum são os 500 anos de recusa de sua forma diferenciada de viver e de se relacionar com o mundo divergente do colonizador europeu. Marcio Kaingang certa vez disse: “para nós não existe meio ambiente, e sim ambiente, a terra é onde moramos, onde trabalhamos, onde praticamos nossa espiritualidade”. Para o colonizador a terra é fronteira agrícola.

Desse modo compreender o que é ser índio no Brasil é necessário levar em conta essa identidade política que antes diferencia da sociedade nacional do que aprisiona em termos pejorativos e/ou folclóricos.

A ARPINSUL passa a ser uma experiência indígena. É importante relatar que a sua pretensão em representar os índios em nada tem de paralelo com a nossa experiência política, ou seja, de delegar poderes. Muito antes é a forma de discutir os problemas dos índios de

forma horizontal com o poder público. Que de certa forma exige esse formato de organização. No entanto podemos pensar que fazer parte da coordenação da ARPINSUL não é automaticamente um representante indígena, mas pode vir a ser uma liderança. Neste sentido a legitimidade de ser ou não liderança não está associado a organização em si, mas a concepção de cada etnia do que seria um líder.

No caso para os Kaingang,

as fronteiras no interior são todas dadas: a terra é dividida em sítios, a história é dividida em troncos velhos, os arranjos matrimoniais são divididos pelos grupos domésticos, a produção é dividida em ajudórios, as identidades são divididas em parentagens. Não cabe à política se sobrepor a estas divisões. Cabe à política, isso sim, representar tais divisões como uma unidade, seja pela consolidação de leis escritas, seja pela atuação fora dos limites comunitários, seja pela realização de eleições para cacique. No entanto, a facção estará sempre na antessala da política kaingang. A espreita. Observando a força de seus princípios constitutivos ser contornada. (Fernandes 2003: 280)

Para que um Kaingang possa vir a ser uma liderança ele precisa ser reconhecido pelos kaingang como tal. Os nomes indígenas também podem indicar o reconhecimento de uma liderança, Kretã para os kaingang é um nome muito forte, o seu significado é aquele que enxerga do alto. Entre os Kaingang o nome é herdado, isto nos leva a crer que ser parente é importante "cacicança, vem de sangue" (2003).

Um dos líderes da ARPINSUL Romancil Kretã tem histórico de liderança na família, é atribuído ao seu bisavô a demarcação da Terra Indígena em Manguerinha. Seu pai foi um grande líder na retomada de terras nos anos 80, morreu de forma trágica num acidente de carro. Esse legado é que faz com que Kretã se afirme enquanto liderança que neste momento de sua história esta na política "extra-muro".

No caso kaingang, a atuação de suas autoridades atinge, hoje em dia, instâncias federais, estaduais e municipais, da administração pública e privada. Tal participação política não se limita

à mera representação, há entre os kaingang a concepção de que a atuação política indígena pode e deve se configurar como uma agência política extra-muro. (Fernandes 2003: 165)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. 2006. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje*. Brasília: Ministérios da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional.
- BICALHO, Poliene Soares dos Santos. 2010. *Protagonismo Indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970-2009)*. Tese de Doutorado. Brasília: UNB.
- CASTRO, Paulo Afonso de Souza. 2011. *Angelo Cretã e a Retomada das Terras Indígenas no Sul do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR.
- CODATO, Adriano. 1995. "A burguesia contra o Estado". *Revista de Sociologia e Política* 4-5: 55-87.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. 1984. "Movimento Sociais: a construção da cidadania". *Novos Estudos - CEBRAP* 10: 24 - 30.
- FERNANDES, Ricardo Cid. 2003. *Política e Parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP.
- GOHN, Maria da Glória. 2001. *A História dos Movimentos Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola.
- OLIVEIRA, Kelly Emanuely de. 2013. *Diga ao Povo que Avance! Movimento indígena no Nordeste*. Recife: Editora Massangana.
- PORTAL BRASIL. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/08/brasil-tem-quase-900-mil-indios-de-305-etnias-e-274-idiomais>>. Acesso em 27-10-2014
- RIBEIRO, Darcy. 1996. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil*. São Paulo: Cia das letras.
- TOMMASINO, Kimiye. 1995. *A História dos Kaingáng da Bacia do Tibagi: uma sociedade Jê Meridional em Movimento*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP.